

# UMA CRÍTICA DA CRÍTICA DA RAZÃO DUALISTA / BLOQUEIOS CENTRAIS À MODERNIDADE PERIFÉRICA: O CASO CPE

**Carlos Henrique Vieira Santana\***

## RESUMO

**E**ste artigo discute e identifica os bloqueios institucionais e hegemônicos históricos, centrais e periféricos, da experiência da Comissão de Planejamento Econômico organizada a partir de 1955 no governo baiano de Antonio Balbino. Busca, de um lado, rediscutir o papel do Estado como um ente demiúrgico de uma ordem social competitiva e, de outro, questionar a visão do atraso regional e periférico como produto de uma inércia cultural, ou resultado da forma específica de acumulação que tenha como componente intrínseco formas não-tipicamente capitalista de produção e seu conseqüente espelho institucional. O bloqueio à expansão da poliarquia na periferia é, à moda polanyiana, produto de um constrangimento político e normativo do governo central, no qual têm tido papel indispensável as elites intelectuais da periferia, como que renovando a revolução passiva brasileira.

## ABSTRACT

**T**his article discusses and identifies the historical institutional and hegemonic, as well as the main and peripheral hindrances to the experience of the Economical Planning Commission organized from 1955 on by the government of Antonio Balbino, in the state of Bahia. It aims at depthning the discussion on the role of the State as a demiurgic entity of a competitive social order and, in the other hand, it proposes questioning the idea of the regional and peripheral disadvantages as a consequence of the cultural inertia or as a result of the specifical way of accumulation that might have as an intrinsical element systems of production that are not typically capitalist and its corresponding institution image. The hindrance to the polyarchic expansion in the periphery is - following the Polanyi's line - a product of a political and normative impeachments created by the central government in which there has always been the fundamental participation of the intelectual elites of these areas who act as reneweres of the Brazilian passive revolution.

\**Mestrando em Ciência Política IUPERJ*

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende sistematizar algumas idéias de uma pesquisa preliminar sobre a emergência de insulamentos burocráticos durante a gestão de Antonio Balbino, que governou a Bahia entre 1955-1958, e seus conflitos com as gramáticas clientelistas locais e com a estratégia do Plano de Metas (SANTANA, 2002). Com o fim do 2º governo Vargas, o chefe de sua Assessoria Econômica, Rômulo Almeida, engaja-se no governo Balbino como Secretário da Fazenda e chefe da Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Junto com a recém fundada Universidade da Bahia e o Instituto de Economia e Finanças da Bahia, a CPE realizou pesquisas pioneiras que subsidiaram as reformas fiscal e burocrática do governo, intelectualmente inspiradas no universalismo de procedimentos do DASP. Pelos debates na Assembléia Legislativa e na imprensa, através do jornal A Tarde, analisou-se as resistências políticas locais dos padrões clientelistas às iniciativas de planejamento, refletidas na criação de um banco de fomento (Banfeb), nas reformas burocráticas e do imposto sobre a terra e o comércio, todas as medidas visando orientar a renda e garantir uma burocracia profissional. Além disso, a CPE organizou uma *holding* chamada FUNDAGRO, composta por empresas que buscavam: equipar o Estado com infra-estrutura (água, energia e transporte), máquinas e equipamentos; mobilizar e proteger setores-agrícolas-chave, regulando estoques, garantindo preço; criar condições para que a renda das classes proprietárias rurais e comerciais se associasse ao Estado na criação dessas empresas, fixando a renda que se perdia no comércio interno com São Paulo; e fundar, nessa associação, um padrão de acumulação emprestado dos esquemas universalistas burocráticos (CPE, 1958). Através do Plano de Desenvolvimento da Bahia de 1959, a CPE buscava inserir o Estado na área de investimentos do Plano de Metas, o que era conseqüente para o setor petroquímico, por exemplo, devido a Petrobrás. Contudo, o que se viu foi a direção dessas empresas sofrer um 'assalto' clientelista, como definiu Rômulo Almeida; o modelo do Plano de Metas privilegiar a concentração de investimentos no sudeste, baseado na estratégia dos 'pontos de germinação' de Roberto Campos, que dirigia o BNDES na época; e uma divergência com a SUDENE, que preferiu a estratégia de substituição de importações no mercado regional e não a de projetos regionais para o mercado nacional (ALMEIDA, 1987).

A CPE fundou uma cultura política que pautará governos estaduais que se seguiram a Balbino. Juracy Magalhães, Lomanto Jr., Luís Viana Filho e ACM, governadores da Bahia entre 1959-1974, foram lideranças que instrumentalizaram a contribuição de muitos desses técnicos originários da CPE para projetos específicos. Contudo, nunca incorporaram uma visão global de planejamento do governo Balbino, que tinha em mira a ampliação de arenas burocráticas republicanas. Em grande medida, o que se seguiu a Balbino foram alguns projetos industriais marcados pela incapacidade de envolver o conjunto das classes burguesas locais em um novo padrão de acumulação e sociabilidade. Tais projetos, como o do Pólo Petroquímico, tiveram esse caráter de economia de enclave. Ao mesmo tempo, o impasse da CPE não foi apenas endógeno, mas também exógeno, na medida em que se chocou com a estratégia do Plano de Metas e da SUDENE. Relevante nessa questão, tendo em vista os impasses enfrentados pela SUDENE na sua estratégia de desenvolvimento regional, é compreender politicamente, não apenas no âmbito restrito dos insulamentos burocráticos, como as elites políticas e econômicas periféricas ativam um campo liberal hegemônico capaz de contrapor institucionalmente as estratégias de planejamento. Há uma lacuna no estudo do comportamento político das elites periféricas no contexto da agenda do projeto político do nacional-desenvolvimentismo, elites que levam seus impasses a esse projeto. Nesse sentido, pode-se considerar a experiência da CPE como um marco da formação de um projeto hegemônico de desenvolvimento local e nacional.

## MODELOS-CHAVE

A discussão proposta dialoga com duas tradições de literatura: a primeira aponta o papel preponderante da burocracia estatal como uma esfera predominantemente autônoma frente à emergência de uma ordem social competitiva desarticulada e inconsistente, através da regulação normativa corporativa, de um lado, e das políticas de planejamento econômico articuladas por agências burocráticas estatais e para-estatais fechadas ao debate público, por outro. Essa linha de análise encontra-se numa tradição que se inaugura com Raimundo Faoro (1985) e se desdobra com Luciano Martins (1976; 1985), Fernando H. Cardoso (1964; 1975), Simon Schwartzman (1982), para citar os que ganharam mais relevância. Nessa tradição, destacam-se conceitos como patrimonialismo, estamentos burocráticos, anéis burocráticos, burocracia empresarial, neopatrimonialismo como arranjos relevantes. Quando a ênfase não está na capacidade autônoma e histórica de reprodução de um estamento burocrático (Faoro e Schwartzman), ela descamba para uma incapacidade orgânica da burguesia industrial de formular um projeto hegemônico e articular seus interesses de classe, antes de serem vitimadas pelo esgarçamento clientelista operado pelo Estado (Cardoso e Martins).

A outra tradição dá conta de uma capacidade de mobilização e articulação da sociedade civil como mediação indispensável para constituição de valores que permitem a emergência de uma ordem social competitiva, cujo indivíduo do marco liberal, de um liberalismo instrumental, é uma referência fundamental no processo de acumulação privada e de constituição de uma moldura normativa tipicamente liberal (Constituição de 1891). Frente ao passivo da escravidão e dos contingentes populacionais agrários, mantidos pela forma específica como se deu o processo de autonomização política do Brasil, que não foi o modelo jacobino, essa sociedade civil emerge limitada pelas ordens estamentais dominantes e promovida num contexto urbano mediado por uma intensa complexificação das relações comerciais. Aos poucos ela se constitui como uma esfera de legitimação através de suas elites mais expressivas. Ao longo do século XX esse processo só se intensificou, especialmente com a urbanização e a diversificação dos setores médios, obrigando os grupos controladores do poder do Estado a, progressivamente, ampliar as bases de legitimação deste, através da incorporação das demandas valorativas dos novos atores políticos que surgiam. Essa incorporação, controlada pelo Estado, não pode ser considerada uma mudança de pouco efeito para a progressiva ampliação de uma ordem social competitiva. O fato de ter sido controlada, ou seja, não irruptiva no sentido jacobino, não implicou na permanência de um mesmo Estado, ou estamento burocrático. Uma arquitetura normativa e de contenção da pressão organizada da sociedade por ampliação das oportunidades, numa ordem social competitiva que se abria, toma corpo.

No conjunto, a literatura existente dá conta do sucesso do modelo inaugurado a partir de 30, tanto na sua capacidade de mobilizar as taxas de acumulação, que crescem de maneira sustentada desde então, como para o estabelecimento de uma hegemonia capaz de garantir para a classe fundamental (a burguesia industrial) as condições para difusão e consenso de sua concepção de ordem social orgânica, baseada num equilíbrio psico-físico do indivíduo, de disciplina da vida cotidiana firmada nos marcos de um fordismo, articulado coercitivamente pelo Estado através do corporativismo e não pelo modelo de hegemonia civil do empresário herói. Essa segunda tradição encontra em Florestan Fernandes (1976) a análise clássica, acompanhada por autores que absorveram as análises de Moore Jr. (1985), Gramsci (2000) e Polanyi (1980) e enfatizaram a idéia de um Estado de compromisso, a exemplo de Boris Fausto (1978), Cesar Guimarães (1977), Luiz Werneck Vianna (1978), Eli Diniz (1978), Renato Boschi (1979), Elisa Reis (1982), Maria Spina Forjaz (1988), Maria Antonieta Leopoldi (2000), Vanda Costa (1999), entre outros.

O modelo inaugurado a partir de 30 permitiu a mobilização da renda nacional via controles cambiais e manteve a renda da classe trabalhadora em limites seguros para realização das taxas de acumulação. Para isso, o Estado corporativista inaugurou um modelo de cidadania baseado numa estratificação ocupacional (SANTOS, 1998). Nesse sentido, os primórdios de um *welfare state* no Brasil surgiram como direitos associados a ocupação profissional reconhecida pelo Estado, só acessíveis pela subordinação ao corporativismo. Nesse quadro, havia variações de *status*, acesso a direitos e pressão salarial distintos entre as profissões. Essa estratificação chegava ao ponto em que a própria burguesia industrial mantinha estruturas paralelas de representação, não permitidas aos trabalhadores (COSTA, 1999; SANTOS, 1998). Portanto, não era um sistema uniforme; enquadrou mais ampla e rapidamente a periferia econômica do país para depois atingir o centro. Ao mesmo tempo, foi mais inflexível e politicamente desmobilizador com os trabalhadores e mais flexível e politicamente mobilizador para facções da burguesia industrial.

Pode-se pontuar no trabalho de Leopoldi (2000) a articulação de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi na Confederação Nacional da Indústria (CNI) como lideranças orgânicas que exprimiam, especialmente, os interesses das elites industriais paulistas da FIESP, através de um discurso que os associavam hegemonicamente aos interesses da nação. Por outro lado, essa mesma autora assinala a falta de consenso entre os interesses dessas elites paulistas com sua congêneres carioca, associada ao FIRJAN, que sempre manteve uma postura de crítica em relação à condução da CNI. A FIRJAN diagnosticava a necessidade de uma luta política em defesa de seus interesses pela via política partidária - através do 'partido dos economistas'. Essa postura das elites industriais cariocas, podemos dizer, representou uma polarização mobilizada por um campo intelectual supostamente mais consciente do papel independente que deveria caber a essa burguesia no processo de construção de prioridades de política econômica, ou, por outro lado, essas elites cariocas não conseguiram, nos anéis burocráticos ou insulamentos burocráticos, o mesmo espaço para a sua agenda que as facções industriais paulistas. A segunda opção nos parece mais realista, embora não seja o propósito aqui entrar em maiores detalhes. Esse marco é importante para a proposta desse trabalho, pois demonstra que o modelo de engenharia institucional montado, ao mesmo tempo em que mobilizou e criou canais eficazes para realização estável do projeto hegemônico fordista, apoiado nas expectativas de realização econômica das elites industriais paulistas, teve dificuldades de se incorporar a esses canais e, nesse sentido, estabilizar e normatizar os conflitos, facções burguesas industriais periféricas, no momento de relaxamento dos controles coercitivos do Estado Novo. Nesse sentido, essa observação pode servir de subsídio explicativo para o potencial irruptivo que marca todo o período entre 1945 e 1964.

Não se trata de dizer, então, que o sistema partidário tinha uma posição institucional fraca frente aos supostos estamentos burocráticos, mas de compreender que os insulamentos, como esferas de mediação de interesses, eram compostos por gramáticas de acesso que selecionavam os atores aptos (NUNES, 1997). A gramática clientelista encontrava eco nas arenas corporativas ligadas ao Ministério do Trabalho (por excelência), no Congresso e na maioria das arenas de representação, e estava pautada por regras de distinção pessoal e servia como instrumento de acomodação política das alianças partidárias, cuja moeda era o emprego. A gramática do universalismo de procedimentos, por outro lado, está relacionada aos insulamentos burocráticos, na medida em que estes emergem, tanto a partir da necessidade de ampliação da racionalização burocrática, consequência do aumento do papel regulador e intervencionista do Estado a partir de 30, quanto da necessidade do estabelecimento de um quadro legal que garantisse maior disciplina do trabalho e política econômica estável. Tudo isso exigia por parte dos interlocutores um novo padrão de sociabilidade ancorado em regras impessoais, em que a prioridade é a condição de maximização da capacidade de acumulação do capital. Nesse sentido, destacaram-se o CFCE, o DASP, CNPIC, CACEX, SUMOC, Assessoria Econômica, BNDE, BNB, entre as mais importantes.

Essas agências, ao mesmo tempo em que institucionalizam e viabilizam hegemonicamente os interesses de facções burguesas, que certamente teriam dificuldades para implementar sua agenda se a levasse corporativamente ao Estado via controle político direto, constituem para si mesmas a necessidade de um aperfeiçoamento gerencial burocrático que serve para eficiência de suas estratégias e impede que a política clientelista desarticule seus objetivos econômicos, no sentido de uma hegemonia de um grupo fundamental.

Nesse sentido, cabe a essa proposta questionar se as elites burguesas periféricas só tiveram expressão política através de suas lideranças políticas no campo das disputas partidárias, geralmente associadas à pequena política clientelista ligada a interesses econômicos recessivos. Ou seja, será que essas elites burguesas periféricas também não tentaram articular um modo de produção adequado ao padrão hegemônico de ordenação industrial que encontrava sua maior força no centro dinâmico paulista? E se tentaram, como nos parece, por que falharam?

## DUALISMO INSTRUMENTAL

Há explicação que tende a uma análise sociológica, atribuindo elementos estruturais e culturais para isso. Estruturais no sentido das condições físicas, infra-estruturais, demográficas, de mercado e renda, que apontariam uma vantagem consistente e inegável para S. Paulo. Culturais no sentido da especificidade do processo histórico de formação social em S. Paulo, que teria dado as condições para a emergência orgânica de uma ordem social competitiva, desde sempre rebelde em relação às diretrizes centralizadoras do Estado nacional. Dessa experiência, emergem os ideais burgueses, muito bem articulados por Fernandes (1976). Nesse sentido, as elites periféricas estariam condenadas a cumprir um papel passivo no processo de substituição de importações, que atinge o seu auge no período JK. Esse papel estaria refletido na condição de mercado consumidor de bens industriais, produtor de bens agrícolas e numa postura política condenada ao clientelismo no Congresso, refletida em suas demandas particularistas, fragmentadas e patrimoniais, incapazes ('estrutural e culturalmente') de abandonar o atraso agrário. Por outro lado, como parte de uma 'crítica da razão dualista', do qual fazem parte expoentes como Ignácio Rangel (1981), Cardoso e Faletto (1984), Cardoso (1975), Francisco de Oliveira (1988), João Fragoso e Manolo Florentino (2001), desenvolveu-se uma análise que incorpora esse atraso regional não como um obstáculo para plena realização de uma modernidade capitalista, mas como parte indispensável da própria forma como a acumulação periférica que se articulou no Brasil.

Nesse sentido, o modelo institucional organizado que criou as condições para essa forma de acumulação precária é, ela mesma, funcional, e não um misto de ordem poliárquica e uma ordem não poliárquica, que se perpetua por tradição e inércia cultural, sem relação com as condições mesmas de reprodução e diferenciação econômico-social (DAHL, 1997). Podemos pontuar, por exemplo, os modelos institucionais não-poliárquicos de 'justiça lotérica' e 'máfia descentralizada' de W. G. dos Santos (1994) como exemplos mais atuais de ação estratégica no mercado, devido à ausência de políticas públicas do Estado. Isso resultaria numa perda de suporte para uma cultura poliárquica dos cidadãos e pré-cidadãos [como se refere Santos (1998) a 50% da mão de obra economicamente ativa], inviabilizando a própria estabilidade da acumulação, ou é uma necessidade intrínseca do modo próprio de acumulação fundado na exploração do modo de reprodução não tipicamente capitalista, como já pontuou Oliveira (1988)? Embora a tese clássica de Polanyi (1980) acerca da capacidade de acumulação como uma função das políticas públicas e legislação social, que minimizam as iniquidades sociais e promovem estabilização institucional, tenha sido demonstrada no Brasil, foi possível também evidenciar que a ordem não poliárquica não ajuda, de maneira apenas complementar e marginal, o centro dinâmico da acumulação poliárquica (CARVALHO e SOUZA, 1980).

Na região nordeste, por exemplo, as relações de cooperação comunitária, não contratual, não monetária, foram a base que permitiram a sobrevivência e reprodução de ampla parcela da população dessa região com uma renda muitas vezes inferior ao necessário à sua subsistência. Essa situação foi a base que permitiu a acumulação da burguesia periférica e central. Contudo, essa acumulação se apoiava não naquilo que seria natural esperar, segundo os moldes polanyianos: o desenvolvimento de uma moldura institucional que regulasse o modo de produção, garantindo estabilidade às taxas de acumulação e a emergência em massa, ou em proporção ao centro dinâmico, de padrões contratuais poliárquicos. Essa conexão na periferia do sistema não se realizou apenas por um bloqueio da tradição. Na periferia, a burguesia realizava a mais valia pela possibilidade da manutenção da renda do trabalhador em níveis muitas vezes abaixo dos de subsistência, condição só possível pelas redes de cooperação comunitária que garantiam a sobrevivência das pessoas fora das conexões monetárias, e eram reestruturadas institucionalmente através do pacto político das sucessivas composições dos blocos de poder.

O próprio Oliveira, num foco polanyiano, percebe que um conjunto de políticas cambiais, tarifárias e alfandegárias, conduzidas ao longo do século XX pelos sucessivos blocos de poder, promoveram um esgotamento financeiro no país como instrumento de financiamento da valorização do café e, depois de 30, o confisco cambial das divisas dos bens agrícolas exportados, incluídos aí o café, o cacau e o algodão, como meio de financiamento da importação de bens de capital para a indústria. Com essas duas decisões políticas teriam se inviabilizado as iniciativas industriais da periferia, seja no setor açúcar-têxtil, até as duas primeiras décadas, seja na indústria do petróleo e no planejamento regional articulado na Bahia, a partir de meados 1950 (OLIVEIRA, 1977; 2003). Ocorre que o Estado na análise de Oliveira surge como um instrumental de uma dialética implacável que não deixa espaço para compreensão das composições do arranjo institucional.

Em grande medida, o modelo institucional de capitalismo precário ou arcaico, que acumula fora dos marcos contratuais poliárquicos, é parte mesmo de uma diferenciação capitalista. Não é um desvio ou defeito em relação ao 'original'. Essa compreensão serve para quebrar o modelo dualista e pensar mais em termos de uma articulação do que de uma polarização. Essa articulação, contudo, pode também imobilizar a análise, na medida em que as condições de precariedade da acumulação se diferenciam regionalmente, do mesmo modo que as condições de cidadania regulada. Nesse contexto, essa situação termina constituindo condições de mobilização institucional diferenciada que terminam repolarizando a análise, ou seja, emerge paralelamente um quadro institucional fraco e outro forte, sem perspectivas de equilíbrio. Essa situação termina oferecendo as condições de um reforço do perfil honra estamental das burocracias insuladas, que tendem a um retorno a posições demiúrgicas e autoritárias.

Nesse sentido, é preciso destacar que há uma relação entre as condições de acumulação do capital (no centro e periferia do Brasil), a moldura normativa e as arenas regulatórias mediadas pelo Estado. Mas do mesmo modo que não considero o Estado composto por uma burocracia empresarial ascendente sobre os interesses particulares, não é admissível a impossibilidade do fortalecimento de uma ordem institucional poliárquica, mesmo em contextos de acumulação precária aguda, como na periferia econômica do Brasil. Ou seja, além das condições ótimas de acumulação terem sido produtos de mediações de arenas regulatórias estatais, portanto resultado de uma hegemonia política, as condições para estagnação relativa da periferia foram também resultado das mediações de arenas regulatórias estatais no sentido inverso. Não porque faltou às elites periféricas a gramática de acesso do universalismo de procedimentos, ou a falta de conhecimento técnico de gestão empresarial aos projetos apresentados às agências de fomento (insulamentos burocráticos) que surgiram no 2º governo Vargas, mas porque essas redes insuladas se apoiavam num pacto político que permitia a conservação de redes não-poliárquicas na periferia.

Neste ponto é que se pode realizar uma inflexão que explore o impasse institucional na periferia do sistema. Em geral, as análises tendem a uma visão paternalista, que cobra o atraso da periferia como consequência de uma visão negligente do Estado Nacional em relação a ela. Nesse sentido, há todo um discurso que cobra do governo desde a solução para problemas emergenciais, como a indústria da seca, até a instalação da indústria privada ou estatal como solução mágica. Em certa medida, essa foi uma visão compartilhada pela SUDENE, que, além de ter uma visão marginalista da economia nordestina, promoveu o investimento a partir de uma política de incentivo fiscal, base dos grandes projetos industriais que não se submeteram às prioridades endógenas de acumulação e sociabilidade; foi um sistema de enclave (CARVALHO e SOUZA, op. cit.).

A experiência da CPE apoiou-se no sentido inverso, pois não se tratou de uma estratégia nacional de desenvolvimento regional (SANTANA, 2002). Representou a mobilização endógena de grupos burgueses baianos, banqueiros e industriais, através de insulamentos burocráticos organizados por burocratas saídos do centro nervoso das estratégias regulatórias nacionais (Assessoria Econômica, BNB, BNDE, DASP, Petrobrás). Ao mesmo tempo, a estratégia da CPE não foi criar apenas as condições normativas e infra-estruturais para uma futura absorção dos investimentos externos. Mesmo com as dificuldades iniciais de acesso ao financiamento das agências de fomento nacionais, pondo em risco a própria estratégia da CPE (BALBINO, 1956), isso não impediu, contudo, a institucionalização dessa agência como foco de um campo intelectual e regulador de um padrão gerencial, de uma racionalidade poliárquica, tanto na esfera pública quanto na privada.

É possível identificar, então, uma relação entre o bloqueio financeiro dos insulamentos burocráticos nacionais aos projetos periféricos e a agenda das elites políticas partidárias periféricas não vinculadas às estratégias hegemônicas da CPE. Ou seja, desenvolvendo essa relação, seria possível compreender a força do modelo concentrador inaugurado com o Plano de Metas, não apenas como uma força política e hegemônica que emana 'naturalmente' do poder central, mas como uma força que se alimenta politicamente de um padrão institucional não-poliárquico mais agudo na periferia.

## INTELECTUAIS PERIFÉRICOS E REVOLUÇÃO PASSIVA

Devemos a Victor N. Leal a análise sobre o coronelismo e a forma como se institucionalizou a relação entre padrões poliárquicos e não-poliárquicos, traduzidos normalmente numa relação entre poder central e poder local. Esse autor antecipa em grande medida uma crítica à razão dualista, sem, no entanto, congelar a análise institucional num mesmo impasse dialético das formas de reprodução econômico-social dadas pelo modelo de Oliveira. Ao apontar a conexão entre o esgotamento financeiro orçamentário dos municípios e uma forma de autonomia extralegal, Leal termina oferecendo subsídio para uma compreensão global dos fenômenos do coronelismo e clientelismo que não se limita a uma inércia cultural e sugere que, em nome de uma estabilidade e autonomia de decisão das políticas macroeconômicas, as elites nacionais ofereceram aos coronéis e chefes locais prerrogativas extralegais. Nesse sentido, esse autor oferece uma análise institucional do impasse e sugere a tese de centralização fiscal sem o peso do modelo de estamentos burocráticos historicamente autônomos. No seu modelo, Leal oferece o instrumental para a nossa análise, observando a potencialidade de renovação das elites políticas periféricas (ou locais), a partir da efetiva autonomia legal (LEAL, 1975).

Estudos sobre o papel das elites políticas baianas na formação do Estado brasileiro pós-independência foram particularmente elucidativos para o desvendamento de uma determinada postura intelectual exigida pelo Império.

Segundo dados de Mattoso, extraídos de Schwartzman, as elites políticas baianas ocuparam 26,3% dos ministérios e das presidências do conselho entre 1840-1853; 34,92% entre 1857-1871; e 22,5% entre 1973-1989 (MATTOSO, 1992).

Essa presença majoritária é significativa de um modo próprio como o Estado nacional se estabilizou e do papel das elites baianas nesse processo. Gramsci no seu *A Questão Meridional* desenvolveu um amplo debate sobre o papel dos intelectuais meridionais no processo de formação do Estado nacional italiano. O seu papel foi bloquear a articulação entre os trabalhadores do campo e da cidade num processo clássico da revolução burguesa jacobina. No lugar desse modelo clássico, que pressupõe uma liderança política hegemônica da burguesia liberal cidadina, assumem lideranças políticas e intelectuais originárias de segmentos sociais agrários e subsidiárias de um comunitarismo anti-liberal, produto de um esquema cristão-católico e da própria forma pessoal como se organizam os homens no mundo rural. Na Itália e na Alemanha predominou o que Gramsci chamou de revolução passiva, fundado no transformismo de seus atores, ou o que Moore Jr. chamou de revolução 'pelo alto' ou modernização conservadora. No Brasil, o processo de modernização econômica e institucional encontrou maiores semelhanças com esse modelo e o papel das elites periféricas foi relevante e pode ser comparado com o papel dos intelectuais meridionais italianos.

Já vimos a importância das elites baianas no Império e podemos destacar que a tradição liberal de corte americanista, que inspirou o movimento de 1889, encontrou em Ruy Barbosa o seu representante angular. Esse americanismo descendia de Tocqueville, no sentido daquilo que esse autor tinha de "contrário à noção de que o desenvolvimento político pudesse estar vinculado ao comportamento de variáveis sociais", e, nesse sentido, punha o *ator* antes dos *atos* (WERNECK VIANNA, 1997: 93). Ou seja, quando Ruy propõe a industrialização, via política emissionista, como forma de criar uma ordem social competitiva que sustentasse organicamente a República, o Estado aposta no protagonismo dos *atores* sem que tivessem emergido os *atos*: um mercado de trabalho e as condições macroeconômicas para que se estruturasse uma nova ordem econômica. Nesse sentido, Gramsci aponta uma contradição que se expressa na

diferença entre a ação real, que modifica essencialmente tanto o homem como a realidade exterior (isto é, a cultura real), que é o americanismo, e o ridículo espírito de gladiador que se autoproclama ação e que só modifica as palavras e não as coisas, o gesto exterior e não o interior do homem. A primeira está criando um futuro que é intrínseco à sua atividade objetiva e sobre o qual se prefere não falar. O segundo cria apenas fantoches aperfeiçoados, recortados segundo um figurino retoricamente prefixado, e que se reduzirão a pó quando forem cortados os fios externos que lhe dão a aparência de movimento e de vida (2001: 254).

É possível destacar que o programa liberal de perfil jurisdicista proclamado por Ruy foi, até meados dos anos vinte, a fonte inspiradora dos setores médios urbanos no Brasil. Ruy Barbosa lidera, através da Campanha Civilista, um movimento em torno de sua candidatura pela radicalização do programa liberal, que exigia efetiva independência entre os poderes, especialmente do judiciário; pela moralidade; acesso aos recursos da República mediados pela competência individual; e eleições livres. Esse programa ainda encontrará, entre os insurretos paulistas de 1924, forte repercussão. Essa é certamente a mais importante e influente contribuição intelectual até os anos trinta.

Ocorre que essa concepção de hegemonia civil liberal esteve bloqueada pelo controle do Estado pelas facções burguesas agrárias exportadoras que, além da manipulação eleitoral, não estavam mais permitindo a realização da acumulação dos demais setores da economia, devido às obrigações da dívida contraída pelo Estado para financiar a lavoura de café. Nesse sentido, o modelo em vigor até 1930 (e seus atores) perdia progressivamente a hegemonia por ser incapaz de incluir não apenas os segmentos médios (não havia empregos para todos no Estado), mas também a burguesia industrial ascendente (WERNECK VIANNA, 1978).

A inflexão autoritária, intervencionista e de reforma social, subsidiária do pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna, termina sendo, pelas mãos dos tenentistas, instrumentalizada (SANTOS, 1998) pelo bloco histórico de 30 para quebrar o bloqueio da realização do programa liberal, agora não mais como liberalismo clássico toquevilliano dos *atores* de Ruy Barbosa, mas como hegemonia supra-estrutural, via arquitetura fordista corporativista (COSTA, 1999). Aqui, de acordo com o modelo de modernização 'pelo alto', "é a política que atua como libertadora das forças produtivas, e não o inverso, como se deveria esperar" (WERNECK VIANNA, 1997: 53).

A idealização liberal de Ruy, o seu *espírito de gladiador*, terminou construindo uma barreira entre as populações rurais e urbanas, na medida em que o seu modelo possuía um apelo civil que estava naturalmente bloqueado aos contingentes rurais, impossibilitados de escapar das relações de dependência pessoal do coronel e, ao mesmo tempo, transformava o quadro normativo jurídico ideal não em objeto de verificação empírica, mas em objeto de discussão metafísica, lugar, aliás, ideal para o exercício da retórica beletrista, na qual estavam educadas essas elites, e ideal máximo de realização intelectual.

Essa separação se refletia na organização da produção: produção agrícola submetida ao controle pessoal do burguês, sem uma maior diferenciação do trabalho e sem garantias de proteção da renda do trabalho, gerando, assim, um mercado consumidor interno limitado, concentração da renda, poupança desvinculada da produção e uma frágil racionalização do trabalho que não faz emanar, em si mesmo, uma hegemonia liberal que rompa a ordem patrimonial. Só há espaço para o liberalismo dos *atores*.

A outra ordem de produção, a industrial, está mediada pelo controle de regras impessoais, possui ampla diferenciação do trabalho e busca a proteção da renda do trabalho para manter as condições de sua reprodução e estabilidade:

é de seu interesse (do industrial) ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado, já que também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada com frequência ou ter suas peças individuais renovadas constantemente sem que isso provoque grandes perdas (GRAMSCI, 2001: 267).

Para enfrentar o bloqueio dos *atores* (intelectuais tradicionais) e sua escolástica, foi necessário quebrar a influência supra-estrutural destes e, assim, inverter a lógica tradicional, em que as forças produtivas é que fundam uma nova política, para a proeminência dos *atos*, como articuladora de novas relações de produção através do corporativismo. Esse é precisamente o objeto da crítica ao pensamento de Ruy, quando os tenentes falam da existência, inconciliável até então, de um País real (*atos*) e um País dos doutores (*atores*). Tratava-se, então, de realizar essa sutura através de um quadro normativo que fosse capaz de expressar não uma formulação jurídica idealista dos *atores*, mas as demandas acumulativas das forças econômicas racionalizadas pelos *atos*, com a ação intervencionista do Estado. Vinculando os financiamentos agrícolas a um padrão de acumulação industrial, seria possível compor uma hegemonia burguesa liberal orgânica, ou seja, que pusesse os *atos* antes dos *atores*. O americanismo articula-se nesse ponto, mas surge de maneira aparentemente paradoxal, pois os *atos* emergem como estratégia de Estado, de um Estado de compromisso, e não "naturalmente" (o caso dos Estados Unidos) como uma "composição demográfica racional, que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem função essencial no mundo produtivo" (GRAMSCI, 2001:243). O americanismo, como uma hegemonia liberal no Brasil, é aplicável, pois, por intervenção do Estado (que é em si um *ator*). Ocorre a transição de uma hegemonia do *ator* para uma hegemonia dos *atos*, na medida em que o ordenamento corporativo é articulado tendo a fábrica como centro de disciplina do trabalho; e, como o próprio Gramsci dizia, "a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quan-

tidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia" (2001: 247-8). Como o americanismo brasileiro não é 'natural', mas herdou à moda européia "um grande número de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército (...) destes pensionistas da história econômica" (GRAMSCI, 2001: 243), teve que, para realizar-se, enfrentar esses grupos via modernização autoritária.

Essa modernização autoritária na Bahia teve início com os primeiros interventores e se refletiu na criação do Instituto do Cacau da Bahia e na Lei de Reorganização Municipal, ambas em julho de 1931, por Artur Neiva. O primeiro "objetivava estabilizar os preços do produto e expandir as exportações, controlando as vendas de cacau no mercado internacional", e o segundo "objetivava reduzir as despesas públicas, reativar as economias locais e fortalecer a administração central" (SAMPAIO, 1992: 69-70). Em seguida, Juracy Magalhães (1931-1937) cria o Instituto do Fumo e da Pecuária, ambos ligados ao Instituto Central de Fomento Econômico (ICFEB). Todas essas iniciativas buscavam não apenas à formação de preço, mas constranger a economia agrária em direção ao padrão fordista de acumulação.

O grupo que reivindicava profunda identificação espiritual com Ruy Barbosa vinha governando a Bahia desde 1925, após a derrota de Seabra. Esse grupo reunia a família Calmon, os Mangabeira, Simões Filho (fundador do jornal *A Tarde*), Pedro Lago, Vital Soares, entre os mais importantes. Góes Calmon, governador até 1928, era um banqueiro e teve como principal projeto reestruturar a lavoura de cana de açúcar baiana, que já era então uma economia recessiva, com possibilidades de acumulação limitada. Ao mesmo tempo, o impacto social do retorno dessa cultura colonial tinha poucas perspectivas de desdobramento para o conjunto da precária economia, ou seja, atendia a segmentos oligarquizados do recôncavo. Desse ponto de vista, o projeto hegemônico era bastante limitado e, do ponto de vista do arranjo institucional, não houve inovação no sentido de uma ampliação da arena de legitimação do controle oligarquizado do poder Estatal. Embora tenha havido uma renovação dos quadros burocráticos, com a presença marcante de jovens bacharéis, essa ocupação não ocorre contra os coronéis, mas em acordo com eles, no que foi chamado de "entente cordiale" ou "política de acomodação" (PANG, 1979; SAMPAIO, 1998).

Quando ocorreu um confronto entre bacharéis e coronéis, a exemplo do conflito Horácio de Matos e Góes Calmon, o governo central interveio enfraquecendo a posição de Calmon e forçando um acordo. A relação entre poder central e o coronelato baiano reforça nossa proposição, já que este é instrumentalizado politicamente por aquele. Ou seja, será o coronel Franklin de Albuquerque, e não as tropas federais, que enfrenta com sua milícia a coluna Prestes, impondo-lhe uma derrota e o exílio na Bolívia. A reação à Revolução de 30 será articulada no Brasil por Horácio de Mattos e Franklin de Albuquerque, coronéis de Lavras e do Vale de S. Francisco. Em 1932, a aliança de Juracy Magalhães com os coronéis do Vale bloqueia o avanço da reação paulista mobilizada em Minas por Bernardes e seus adeptos. No ano seguinte, surge a Coligação Sertaneja e a Aliança Social Política Municipal (ASPM), formando um bloco de coronéis em torno de Juracy que garante sua eleição assentada num regime de oligarquia colegiada (PANG, 1979; TEIXEIRA, 1988). Sampaio assinala que

nenhum dos PSD's dos anos 30 foi tão forte quanto aquele criado pelo jovem Juracy Magalhães. Graças às suas fileiras disciplinadas, a Bahia tornou-se importante centro de consulta no processo de decisão política nacional" (1992: 86).

Sob o bloco da Aliança Liberal, a partir de trinta, os liberais baianos serão alijados da política estadual e se articularão através de jovens bacharéis que iniciaram carreira no governo Calmon. Em 1934, com o retorno de Mangabeira e Simões Filho do exílio, forma-se a chamada Concentração Autonomista, da qual

despontará uma nova geração a partir da eleição de 1934, formada entre outros por Aloísio de Carvalho Filho, Jaime Baleeiro, José Wanderley de Araújo Pinho, Inocêncio Calmon, Luís Viana Filho, Gilberto Valente, Nestor Duarte, Jaime Junqueira Aires, recrutados no espaço de sociabilidade das Faculdades de Direito e Medicina (SAMPAIO, 1992).

A partir de 1945 essa geração retorna com uma pauta política ainda democraticamente restrita, sob o marco do liberalismo jurisdicista de Ruy. Ela não compreende que as bases de legitimação do Estado se tornaram mais complexas e instáveis, o que exige uma compreensão da estrutura corporativa como algo além do mero instrumental do poder varguista ou como meio de repressão das demandas sociais de uma democracia de massas que se inaugura, rompendo o estilo da política dos notáveis (ALMINO, 1980; WEBER, 1982).

## CPE

As estratégias de planejamento em voga trouxeram consigo a dimensão que a democracia de massas impunha ao Estado, especialmente em relação à necessidade de uma nova disciplina para burocracia pública. A Comissão de Planejamento Econômico foi formada por articuladores com excelente compreensão das gramáticas dos insulamentos burocráticos, que se constituíam como eixo demiúrgico do projeto de modernização do país. Ao mesmo tempo, a matriz baiana do liberalismo brasileiro, expressa na UDN e PL, era hegemônica na estética da retórica e na sua agenda dogmática contrária à intervenção do Estado na economia. Nesse sentido, é possível perceber o marco da CPE como um momento em que se introduz na Bahia um debate nacionalizado, em que se via a necessidade de adequação da economia baiana a uma nova realidade imposta pelo Plano de Metas, numa forma de associação que permitisse ao Estado dar um salto de qualidade, rompendo o impasse agro-exportador. Essa necessidade impõe à CPE uma estratégia que fosse além de meros incentivos fiscais para atração de novas empresas ou indústrias. A CPE compreendeu o Estado como principal agente estruturador de um ethos gerencial e, nesse sentido, identificou a burocracia pública como um instrumento fundamental de emulação para um novo padrão de acumulação. Por outro lado, isso era lido pelos liberais ruybarbosianos como uma estratégia de centralização e autoritarismo do Estado. Tal situação se verifica num debate mais abstrato e conceitual feito pelas lideranças dos partidos em pugna. Ao mesmo tempo, nos debates do pequeno expediente da Assembléia Legislativa e nas notas do jornal *A Tarde*, é possível constatar uma guerra surda, travada não apenas entre a CPE e os partidos de oposição, mas também entre a CPE e o arranjo de poder que sustentava Antonio Balbino, e entre a CPE e o governo federal. A maioria desses conflitos do varejo político, embora possa parecer menos nobre, constituem o reflexo de uma tensão do modelo proposto pela CPE e o padrão consolidado. Parto, então, para análise de algumas iniciativas que constituem o eixo da estratégia da CPE.

## BANFEB

O projeto do banco de fomento inaugurou a primeira ação da CPE e compôs o nervo central de todo o plano. O banco se funda prevendo, para constituição de seus fundos, os excessos de arrecadação dos impostos territoriais e de vendas e consignações. Ele seria, portanto, um instrumento de mobilização de renda interna a partir do restabelecimento da capacidade de arrecadação fiscal do Estado naqueles setores em que ocorria evasão: terra e comércio.

Três artigos do projeto definiam os objetivos do Banco: operações de custeio, incentivo e melhoramento da lavoura; financiamento da indústria, especialmente de alimentação, considerada prioritária; prioridade para operações com

cooperativas; empréstimo a pequenos produtores e indústrias domésticas que **não possam obter crédito por meios tradicionais.**

O programa acima atingia de frente o atendimento pessoal, circunstancial e indiscriminado do crédito aos produtores em geral. Estabelecia prioridades de financiamento para o banco, buscando animar intervenções pioneiras, com novas formas de organização da produção traduzidas pela idéia da indústria, cooperativa e pequeno produtor. Essas prioridades eram opostas ao modelo do ICFEB, que seria extinto para a criação do BANFEB.

Na Assembléia, o debate permanecerá de 28 de junho a 10 de agosto de 1955, quando os deputados alternaram suas críticas, fixando-as basicamente no receio de perder o financiamento exclusivo à agricultura. Um conjunto de lideranças do PL, UDN e PR, com destaque para Nelson Sampaio (UDN), Rocha Pires (PR), Lomanto Júnior (PL), Josaphat Marinho (PL), Peçanha Martins (PL) e João Borges (PL), (este último realiza um parecer conjunto com Tosta Filho contrário à extinção do ICFEB), se posiciona contra o banco de fomento. O discurso dessas lideranças aponta divergência quanto a amplitude das atribuições do Banco. A preocupação delas é manter as atribuições especializadas do ICFEB como instituição que realizava empréstimos circunstanciais, motivados por dificuldades individuais contingentes. A compreensão é de manutenção de um banco sem projeto específico.

Segundo estatísticas apresentadas por Waldir Pires e não contestada por qualquer deputado, 90% das operações do ICFEB são de curto prazo e a juros altos. No exercício de 1954, do total de Cr\$ 221.345.000,00 empregados, Cr\$ 198.357.000,00 foram em letras a prazo de 180 dias a uma média de juros de 9,94%.<sup>2</sup> Na mesma época, o Banco do Brasil, que tinha uma carteira de crédito agrícola e industrial, emprestava a juros de 4%.

O BANFEB nasceu com objetivo de ser um banco de fomento, ou seja, que empregasse seu capital em empreendimento de retorno a longo prazo. O Banco conseguiu se capitalizar tardiamente, mas o que se seguiu foi formação de um banco comercial de empréstimo a curto prazo. Isso significou que o banco teve pouca influência no processo de industrialização (GUIMARÃES, 1966).

O próprio Nelson Sampaio (UDN) admite, implicitamente, o caráter comercial do ICFEB e reconhece o caráter especulativo do capital particular, ao supor que ele (capital particular) dificilmente se arriscaria na integralização do capital do BANFEB.<sup>3</sup>

No jornal *A Tarde* falava-se, então, na "Aventura do Banco", para se referir às finalidades superdimensionadas do BANFEB. As questões se atinham ao fato do Banco se tornar um órgão financeiro do governo, como rezava o parágrafo único do projeto, e que o Banco faria ao tesouro suprimentos de fundos a título de antecipação de receita. Embora a criação do Banco tivesse a finalidade de antecipar receita ao tesouro estadual, talvez ele não tenha nascido, de fato, no governo Balbino, por causa da necessidade que o Estado tinha de uma agência financeira que realizasse empréstimos emergenciais. *A Tarde* informa que, em segunda discussão, essas duas atribuições do Banco foram suprimidas para que o projeto fosse aprovado.<sup>4</sup> Nesse sentido, diante das dificuldades financeiras, afetado pelo confisco cambial, baixa capacidade de arrecadação, compromissos de dívida, não estaria o Estado diante de dificuldades contingentes que tornou o ICFEB um instrumento emergencial nos primeiros anos de governo? Neste sentido, além da falta de capital particular interno e estrangeiro para o aporte do modelo de banco de fomento que se queria, as dificuldades fiscais, reveladas no desejo do governo em tornar o BANFEB um instrumento de suprimento de fundos para o tesouro, podem ser vistas como fator para o adiamento da fundação real do BANFEB, que só se daria em 1960.

<sup>1</sup> Artigos 2º, 4º e 5º do projeto de lei nº 641 de 29 de agosto de 1955, in *Diário da Assembléia Legislativa*.

<sup>2</sup> PIRES, W. *Seleções de Discursos*, in *Diário da Assembléia Legislativa*, Salvador, 17 Jul. 1955.

<sup>3</sup> SAMPAIO, N. *Seleção de Discursos*, in *Diário da Assembléia Legislativa*, Salvador, 10 Ago. 1955.

<sup>4</sup> *A TARDE. Criação do Banco do Estado – o governo cedeu e o projeto foi aprovado em 2ª discussão*, Salvador, 11 Ago. 1955.

## IMPOSTO TERRITORIAL E DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

A revisão do imposto territorial foi proposta pela Secretaria da Fazenda através da portaria nº 1802, baixada pelo seu Secretário em 22 de setembro de 1955. A portaria tinha como propósito ampliar a base de arrecadação do Estado e vincular os excedentes de arrecadação ao Fundo de Desenvolvimento Agro Industrial. A importância da análise dessa revisão para este trabalho se dá, primeiro, porque atacava uma área tabu: a propriedade rural. Em segundo lugar, porque ela vinculava o planejamento às bases orgânicas de reprodução econômica do Estado. Ou seja, considerava fundamental que ao planejamento incorporasse os atores econômicos existentes no esforço de orientação das rendas do Estado. A sonegação fiscal da propriedade, especialmente a improdutiva, constituía o lastro especulativo que, se não fosse atacado diretamente no sentido de envolvê-lo numa nova dinâmica, tornaria o plano um projeto meramente exógeno.

Com um regime de controle e fiscalização dos lançamentos, através de uma comissão especial de revisão do imposto territorial formada pelo diretor do departamento de receita<sup>5</sup>, o coletor perdia em grande parte sua função política e esse canal clientelista era esvaziado por um universalismo de procedimentos regulados por uma instância insulada. Opera-se, a partir de então, uma tensão permanente, com uma arena racionalizada que buscava trazer, para os quadros de ação universal, instâncias de reprodução política tradicionais.

Dois idéias se alternaram quanto à resistência dos deputados à reforma do imposto. A primeira, de que os exatores agem dirigidos politicamente e, por isso, não se pode delegar a eles a responsabilidade por novos lançamentos. Essa será uma idéia particularmente reproduzida por Clémens Sampaio (PTB), Lomanto Júnior (PL), Rocha Pires (PR), Orlando Moscoso (PR) e Marques Chagas. Este último afirmará que

...quando um coletor ou exator de coletoria pretende se fixar em posição de equilíbrio das lutas políticas, não servindo aos chefes políticos, ocorre uma coisa extralegal: acaba removido, independente de pedido de remoção, como promoção, porque cometeu o crime de não ser político.<sup>6</sup>

Estes funcionários eram, em sua maioria, nomeados e protegidos pelos próprios deputados. O próprio Rômulo Almeida terá muita dificuldade para enfrentar essa situação e relata isso no primeiro balanço da Secretaria da Fazenda:

Fora dos postos em que eram lotados, estavam, ao assumirmos, nada menos de 60% dos coletores e 66% dos escrivões. Houve uma regularização em 80% dos casos. (...) Vimos procurando contornar tais dificuldades com um trabalho de persuasão, diria mesmo de reeducação, e pela imposição de respeito público aos nossos atos. A luta, porém, é e tem sido árdua e o resultado ainda tem sido minguado. Procuramos, entretanto, fazer o que é possível nessa campanha, que me parece sanitária para a administração pública e um dos passos mais decisivos para o progresso político na Bahia - qual seja o de neutralizar politicamente os serviços fazendários (1956: 24).

A segunda preocupação estava relacionada às novas bases de lançamento do imposto para que elas se dessem apoiadas na produção da terra. É perceptível uma cultura de que não se pode cobrar do que a terra produz. Essa preocupação ganha destaque nas intervenções de Lomanto Júnior (PL, líder do movimento

<sup>5</sup> ALMEIDA, R. Portaria nº 1802 - instrução nº 12, in *Diário da Assembléia Legislativa, Salvador, 22 set. 1955.*

<sup>6</sup> CHAGAS, M. *Seleções de Discursos, in Diário da Assembléia Legislativa, Salvador, 18 Set. 1955.*

municipalista), Peixoto Júnior (PSD) e Orlando Moscoso (PR, Presidente da Federação do Comércio da Bahia). Mesmo entre os mais enfáticos defensores da medida da reforma do imposto não havia clareza neste ponto.<sup>7</sup>

O jornal *A Tarde* forma um escudo na opinião pública e veicula todas as reações, com destaque para artigos de Mário Campos<sup>8</sup>, que reconhece a baixa arrecadação e reafirma o bordão de que a cobrança do imposto é anti-econômica enquanto não houver infra-estrutura para o escoamento da produção. A Associação Comercial encaminha diretamente ao Secretário da Fazenda seus protestos, especialmente contra imposto de estatística.<sup>9</sup> Mas o tema central continuou sendo o papel político dos exatores e coletores em editoriais e artigos de Cruz Rios.

Os números, contudo, eram contundentes. No exercício de 1954, o Estado havia arrecadado Cr\$ 24 milhões do imposto territorial. Ao todo haviam então registradas 190 mil propriedades; algo em torno de Cr\$ 13 em média por propriedade. Isso não mudou muito, segundo Ary Guimarães (1996). Basta ver que o FUNDAGRO não conseguiu se financiar com os excessos de arrecadação desse imposto, como estava previsto no seu projeto de lei.<sup>10</sup> A expectativa do planejamento como uma articulação orgânica com a economia local falha totalmente. Embora Guimarães fale que o próprio governo não repassava os excessos de arrecadação, ele mesmo admite que "o Estado jamais conseguiu fazer a devida atualização" (1966: 114).

A conclusão que se segue é que o campo liberal e as elites proprietárias, usando de artifícios próprios, conseguem impedir a canalização da renda rural para um projeto de investimentos pioneiros, sob signo de modernização poliárquica dirigida pelo Estado, como ocorrera em âmbito nacional com o confisco cambial. Isso foi possível pelo bloqueio político da passagem do modelo patrimonial de gestão do fisco para um modelo universalista que se propunha na reforma do imposto territorial.

## DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

O Departamento das Municipalidades (DM de agora em diante) foi criado, nos anos trinta, como um instrumento do Estado Novo no processo de centralização política, suprimindo a autonomia municipal. A CPE reformula o DM ainda sob forte inspiração do DASP<sup>11</sup>. Junto com a reformulação do imposto territorial, a reforma do DM foi uma das medidas mais significativas do período e a que mais restrições sofreu. A reforma instituía graus de controle do DM sobre os municípios que, se aprovada, retiraria as amplas prerrogativas dos chefes políticos locais. Basta dizer que ela estabelecia uma centralização das políticas de reforma administrativa municipal, a ser elaborada pelo DM, propunha planos e coordenação de investimentos de recursos de todas as esferas, o controle da aplicação desses recursos, elaboração de um sistema padronizado de orçamento e contabilidade para os municípios e banco de dados econômico-financeiro do Estado.<sup>12</sup>

A reforma no DM apontava também para uma espécie de taylorização (VARGAS, 1985), quando sugeria um código de condutas e posturas para os funcionários públicos civis municipais.<sup>13</sup> O controle dessa reforma avança para um código de ética racional legal. Não se trata apenas da tentativa de fiscalização dos recursos públicos em relação ao produto final, mas também em relação aos meios, às práticas burocráticas, atingindo o centro nervoso das redes pessoais. Essa pro-

<sup>7</sup> ATHAÍDE, L. *Seleções de Discursos*, in *Diário da Assembléia Legislativa*, Salvador, 29 Nov. 1955.

<sup>8</sup> CAMPOS, M. *A Esfola do Imposto Territorial*, in *A Tarde*, Salvador, 23 Dez. 1955.

<sup>9</sup> A TARDE. *A Opinião da Associação Comercial*, Salvador, 1º Dez. 1955.

<sup>10</sup> Art. 8º da lei n. 819 de 16 Out. 1956, in *Diário da Assembléia Legislativa*.

<sup>11</sup> PIRES, W. *Projeto de Lei nº 653*, in *Diário da Assembléia Legislativa*, Salvador, 9 Nov. 1955.

<sup>12</sup> Art. 4º do projeto de lei 653, 4 Nov. 1955, in *Diário da Assembléia Legislativa*, Salvador, 9 nov. 1955.

<sup>13</sup> Art. 16 do projeto de lei 653, 4 Nov. 1955, in *Diário da Assembléia Legislativa*, 9 nov. 1955.

cupação representa uma proposta orgânica de planejamento, pois sugere uma nova modalidade de sociabilidade no *locus* privilegiado de reprodução do modelo tradicional, estratégia que nem o DASP, durante todo o Estado Novo, conseguiu implementar integralmente.

Os grupos oposicionistas argumentam em torno de quatro questões: o respeito à autonomia municipal, a mudança da subordinação do DM da Secretaria de Interior e Justiça para o governador, o aumento da estrutura fiscalizadora refletida na crítica ao excesso de cargos que a reforma no DM criava e em relação à ampla competência que o DM teria. Essas questões perpassam o discurso de Cruz Rios (PDC), Nelson Sampaio (UDN), Orlando Moscoso (PR), Josaphat Marinho (PL), Adelmário Pinheiro (PR), Peçanha Martins (PL), Moreira Caldas e Ana Oliveira. Essas quatro questões apontam o desejo desses parlamentares pela permanência da estrutura de poder local, ou seja, por canais extra-legais de reprodução do poder. Aqui Rômulo Almeida não tentou um 'insulamento burocrático', como instância de competição paralela, cujas éticas contraditórias cuidavam de cercar suas arenas (NUNES, 1997: 35). Neste caso, ele procurou legislar ampla e substantivamente toda a arena clientelista.

O encadeamento dessas questões é fundamental para entender como elas acabam redundando na resistência à perda dos fóruns patrimoniais. Além da reforma propor uma competência do DM fortemente centralizado, a transferência do DM para a subordinação direta ao governador retiraria poderes da Secretaria do Interior e Justiça, o que já criava competição interna no próprio governo. Os dez distritos regionais responsáveis pelos novos cargos seriam criados para fiscalizar o emprego dos recursos repassados pelo Estado. A ampla competência do DM era repelida pela defesa da autonomia municipal, refletida na defesa da lei orgânica dos municípios. A síntese da oposição termina resumida no substitutivo<sup>14</sup> dos deputados Josaphat Marinho (PL), Cruz Rios (PDC) e Adelmário Pinheiro (PR), que vai defender a manutenção da subordinação do DM à Secretaria do Interior e Justiça, auto-aplicação da lei orgânica dos municípios em contraposição à ampla competência do DM (o que representava deixar as coisas como estavam) e recusa da infra-estrutura de fiscalização.

O debate teórico proposto por Waldir Pires (PTB)<sup>15</sup>, relator do projeto não encontrará eco entre os seus pares. Até mesmo no jornal 'A Tarde' a discussão do projeto acentua o receio de Balbino se tornar o único *patron*, com o aumento do poder executivo.<sup>16</sup> A oposição consegue alterar significativamente o projeto de lei, e a leitura que se pode fazer dos discursos para se chegar à idéia de defesa de interesses patrimoniais se mede pelo receio da perda de instâncias de poder pessoal refletida no aumento do poder unipessoal do governador, que busca estreitar as arenas dos vários *patrons*. Embora o projeto final tenha mantido a subordinação do DM ao governador, a estrutura de fiscalização foi reduzida e as amplas competências foram suprimidas.<sup>17</sup>

## SISTEMA FUNDAGRO

Na mensagem à Assembléia Legislativa, Balbino apresentava o sistema FUNDAGRO como surgido de duas preocupações: a) assegurar financiamento de uma infraestrutura da economia agrícola baiana; b) e de melhor organizar as finanças do Estado, a partir da distinção entre orçamento de investimento e orçamento de custeio. A estratégia era canalizar a poupança interna e garantir equilíbrio econômico ao longo do ano, evitando oscilações violentas de depressão e

<sup>14</sup> MARINHO, J; RIOS, C; PINHEIRO, A. *Substitutivo do projeto de lei nº 653, in Diário da Assembléia Legislativa, 17 Jan. 1956.*

<sup>15</sup> PIRES, W. *Seleções de Discursos, in Diário da Assembléia Legislativa, 14 Out. 1955.*

<sup>16</sup> A TARDE. *Nervoso e Inconveniente, Salvador, 9 Jan. 1956.*

<sup>17</sup> PIRES, W. *Lei nº 653, in Diário da Assembléia Legislativa, Salvador, 22 fev. 1956.*

euforia. Para isso, o FUNDAGRO se apoiava na expectativa de compor parte considerável de seus fundos com os excessos de arrecadação dos impostos territorial e de vendas e consignações, que eram os seguimentos de maior evasão fiscal. Para conseguir isso, já vimos que o governo procurou fazer uma revisão das bases de lançamento do imposto territorial. A expectativa era que as empresas do sistema operassem como moderadoras das flutuações econômicas, através de empresas agro-industriais. O FUNDAGRO compreendia uma articulação entre interesses privados e públicos, orientado pelo Estado que assumiria o papel de fiador na obtenção de crédito no Brasil e no exterior.<sup>18</sup>

O governo previa também a abertura acionária das empresas do sistema, assim que elas se tornassem rentáveis, como mais uma medida de capitalização e reinvestimento no próprio sistema. A partir de então, o governo já se utiliza de instrumentos de capitalização que envolve confiança num rendimento a longo prazo, na medida em que as próprias empresas, na fase pioneira, tinham que manter uma taxa elevada de reinvestimento dos lucros no próprio complexo.<sup>19</sup> Nessa perspectiva, o que se estava exigindo dos capitais baianos era uma compreensão não comercial do investimento, o que significava uma gerência pautada pela responsabilidade pública do uso dos capitais investidos, com uma administração profissional, cuja figura do patrão, ou capitão de indústria, como aquele que detém a maioria acionária e administra domesticamente o negócio, cede espaço para uma burocracia profissional.

A estratégia de planejamento buscava descolar das rotinas clientelistas as estruturas burocráticas prioritárias para intervenção do Estado, ou então criava estruturas paralelas. O impasse dessa situação é que essas arenas paralelas emergiam fragilizadas pela própria centralização deliberativa sob poder do governo e da secretaria da fazenda. Isso tornava essas instituições dependentes da vontade política do dirigente de plantão. As iniciativas estruturais consideravam prioritariamente o papel de uma burocracia esclarecida como capaz de sustentar a autonomia dessas arenas insuladas, quando de fato essa autonomia era garantida apenas por um equilíbrio político de forças que não estaria garantido permanentemente.

O debate na Assembléia e no jornal A Tarde em torno do projeto FUNDAGRO concentra-se em torno de quatro pontos fundamentais: a resistência à subordinação do fundo à Secretaria da Fazenda<sup>20</sup>; à vinculação do excesso do imposto territorial, de vendas e consignações ao fundo<sup>21</sup>; aos investimentos pioneiros<sup>22</sup>, que eram vistos como menos urgentes que investimento no escoamento, e à criação do próprio FUNDAGRO. Nesta posição perfilam-se quase todos os deputados do PL: Josaphat Marinho, João Borges, Moreira Caldas e Peçanha Martins; deputados do PR: Wilson Lins e Orlando Moscoso; além de Nelson Sampaio(UDN) e Cruz Rios(PDC).

O temor da subordinação do fundo à Secretaria da Fazenda segue o padrão oligárquico da descentralização cartorial como base de sua ação. O receio implícito dessa concentração de atribuições subsiste na medida em que há uma competição entre arenas de poder, ou seja, entre as Secretarias. O equilíbrio de poder se assenta na medida em que não há função ou projeto universal para todas as arenas. Não é a toa que o próprio Balbino identifica essa condição centrífuga do poder estadual dizendo, no seu discurso de posse, que

não haverá compartimentos estanques, nem a Bahia terá ao mesmo tempo dez governadores com o isolamento e a auto-suficiência das secretarias e dos setores administrativos imediatos<sup>23</sup>.

<sup>18</sup> Balbino, Antonio, Mensagem n.º 11, in Diário da Assembléia Legislativa, 9 mar. 1956.

<sup>19</sup> § 2º do art. 16º do projeto de lei 819, in Diário da Assembléia Legislativa, 9 mar. 1956.

<sup>20</sup> Waldir Pires, Art. 10º da lei n. 819, in Diário da Assembléia Legislativa, Salvador, 16 out. 1956.

<sup>21</sup> Ibid., Art. 8º.

<sup>22</sup> Ibid., Art. 2º

<sup>23</sup> Antonio Balbino, Discurso de Posse, in Mensagem a Assembléia Legislativa, 11 abr. 1955

O reconhecimento do fato, independente dele ter sido integralmente resolvido, aponta para uma percepção de objetivos. A concentração do FUNDAGRO numa arena que elegeu prioridades não representa apenas uma competição entre *patrons*, como é possível pensar pelos discursos dos deputados. Essa perspectiva não foi descartada por Balbino como uma estratégia que concentrava poder no governador e lhe dava novos instrumentos de controle, tornando-o um grande *patron*; mas, da perspectiva de Rômulo e da CPE, essa concentração servia para esvaziar as arenas das rotinas clientelistas, substituindo-as, através da concentração de funções ao Secretário da Fazenda, por arenas ou canais universalistas e pessoais.

Outra questão foi a idéia de que o fundo era supérfluo e que mais urgente seria o investimento na infra-estrutura e escoamento da produção. Essa idéia se ligava à crítica da vinculação dos excessos do imposto territorial e de vendas e consignações à formação do fundo. Essas duas críticas se aproximam, pois na medida em que se atrela parcela de arrecadação de impostos a gastos específicos, criam-se prioridades que escapam aos gastos circunstanciais do orçamento.

A resistência ao Fundagro se reflete precisamente no fato dele representar um novo modelo de orçamento que estaria regulado substantivamente pelo fundo. Reclamando seu perfil liberal conservador, o jornal A Tarde chama atenção para esse fato a partir da discussão formalista, de princípio liberal:

É principio elementar de finanças públicas que o governo é uma unidade de caixa e que todos os impostos devem ir para uma caixa comum a fim de atender às necessidades gerais da administração, ou seja, com obras públicas etc. (...) E achou (o governador) ainda de rebuscar o código de contabilidade que proíbe, textualmente, o privilégio da destinação de qualquer imposto para fins especiais numa justa (sic) interpretação ao **dispositivo contido na carta magna**.

O projeto fere frontalmente os mais elementares princípios das ciências, das finanças, ao fazer destinações específicas para um imposto, quando, do modo porque foi feito, somente uma taxa poderia justificar tal destinação. No art. 16º do projeto a pretendida intervenção no domínio econômico chega ao ponto culminante, pois concede ao fundo o direito de implantar novas empresas (as de baixa rentabilidade inicial), sem a preocupação de restringir essa atividade do governo ao campo das indústrias básicas. E por aí segue o projeto, invadindo ostensivamente o campo da atividade privada, desrespeitando normas consagradas pela própria constituição, visando apenas dar ao governo o cunho de poder absorvente de órgão pessoal e de verdadeiro dono de todas as coisas públicas e privadas<sup>25</sup>.

No caso em estudo, os liberais estamentais retorquiam a participação substantiva e intervencionista do Estado, não porque representaria autoritarismo. Ao contrário, porque significaria o esvaziamento de um autoritarismo estamental estruturado na função centrífuga, anti-universalista, dos órgãos burocráticos do Estado, na medida em que blocos de poder específicos estruturassem arenas competitivas e esvaziadoras dos canais clientelistas. Mas, por outro lado, a centralização promovida pelo planejamento, animadora da clivagem racional igualitária, levava esse campo intelectual, para se defender da competição clientelista, a se estruturar como um insulamento burocrático, esfera pública autônoma ou campo intelectual não orgânico. Neste sentido, passível de ser reprodutora de padrões estamentais, pois fundamenta-se no ideal de honra do funcionário profissional e, paradoxalmente, tendente a reproduções autoritárias.

<sup>24</sup> A Tarde, Faz, Fundagro e etc., 17 jul. 1956.

<sup>25</sup> A Tarde, A Aventura do Fundagro, Salvador, 8 set. 1956.

## CARTA A KUBITSCHKEK

Em 15 de agosto de 1956, antes da metade do período do governo, a estratégia da CPE encontrava-se num impasse. O Banfeb não havia até então se instalado, seja em função dos entraves criados pelo SUMOC, na expedição da carta de criação do Banco, seja porque o governo esperava completar os fundos para realização do capital proposto para criação do Banco, como sugeriram Moscoso e Almeida.<sup>26</sup> Por outro lado, os efeitos da instrução 70 do Ministro Aranha, que havia permitido um superávit comercial na Bahia de Cr\$ 2,3 bilhões em 1954 e de R\$ 1,5 bilhões em 1955, será revertido para um déficit de Cr\$ 260 milhões, na medida em que o dólar de exportação se distanciava de importação, reduzindo o preço do cacau de US\$ 60 o saco em jan. de 1955 para US\$ 31 em dez. de 1956 (MARIANI, 1957). O prolongamento da situação de confisco cambial, aliado à falta de compensações federais, colocavam para o plano da CPE barreiras quase intranponíveis. Na medida em que o déficit se acentuasse, complicaria todo o projeto de fixação da renda, tendo em vista que a capacidade de importar e os termos de intercâmbio estariam deteriorados. O efeito geral comprometia a própria capacidade do Estado de arrecadar.

Diante dessa situação, o governo expõe o impasse e as medidas compensatórias numa carta ao presidente Kubitschek. Em função do Plano de Metas, que apontava para intensificação do modelo concentrador baseado no confisco cambial, essa carta argumenta pela participação da Bahia no roteiro dos investimentos multiplicadores propostos pelo BNDE:

Se a Bahia não tivesse possibilidade, está bem que a política federal promovesse transferência do poder de investir para outras áreas nacionais mais propícias ao desenvolvimento. Ocorre, porém que as (possibilidades) da Bahia são variadas, só lhe faltando os investimentos de base, sobretudo, os de transporte para o grande surto (BALBINO, 1956).

Diante disso o governo Balbino reivindica várias compensações, dentre as quais destacam-se: 1) compensação financeira através do financiamento a longo prazo do equivalente a 1/3 do déficit comercial; 2) financiamento por antecipação de receita no valor 15% da receita tributária; 3) aval do governo federal para concessão de empréstimos estrangeiros para o período de três anos equivalente a US\$ 30 milhões; e 4) um programa mínimo do plano de metas no território baiano. Esse resumo indica a consciência da CPE quanto à necessidade de se articular com a agenda nacional. Em 1959, a CPE elabora o PLANDEB como um plano subsidiário para a SUDENE, prevendo um financiamento de Cr\$ 4,1 bilhões de cruzeiros, sendo que só Cr\$ 663 milhões do orçamento do Estado. Esse novo arranjo indicava que a carta à Kubitschek não surtiu efeito, no sentido de uma solução específica para a Bahia, e que, já sob o governo Juracy Magalhães, as estratégias de mobilização da renda interna, via reforma burocrática republicana, não tinham se consolidado.

## CONCLUSÃO

O bloco que se forma na Bahia para o planejamento da CPE é composto por Juracy Magalhães, Antônio Balbino e Rômulo Almeida. Embora o núcleo intelectual e estratégico da CPE estivesse sob a articulação de Rômulo, a sua espinha dorsal foi submetida à Assembléia Legislativa, ao debate público, e, nesse sentido, a sua sustentação dependeu desse equilíbrio político entre a UDN (Juracy), o PSD (Balbino) e o PTB (Rômulo). Essa coalizão gramscista enfrentou duas barreiras políticas para

<sup>26</sup> O Moscoso, *Seleção de Discursos*, in *Diário da Assembléia Legislativa*, 26 set. 1956; e R. Almeida, *O BANFEB criará novas perspectivas para a economia Baiana*, in *A Tarde*, Salvador, 29 dez. 1956.

se afirmar. Uma, dos tocquevillianos hegemônicos, que ultrapassa a mera condição de um programa político e se vincula às tradições da Bahia, fortemente ligadas aos centros formadores das elites baianas, como a Faculdade de Direito e Medicina e o jornal A Tarde. Esse grupo vai além do núcleo originário que gravita em torno de Mangabeira, a exemplo de Aliomar Baleeiro. Tanto na Bahia, como no Congresso Nacional, esse grupo é identificado pelos valores das classes médias urbanas, com forte e dogmática crítica ao planejamento. A outra barreira emerge dos conflitos espontâneos, resultantes das competições entre arenas não-poliárquicas e poliárquicas do Estado, de arenas poliárquicas entre si.

O que nos interessou explorar em torno da experiência da CPE foram as fontes institucionais históricas, internas e externas, do bloqueio feito a ela, e buscar, de um lado, rediscutir o papel do Estado como um ente demiúrgico da modernização e, de outro, questionar a visão do atraso regional e periférico, não como produto de uma inércia cultural ou resultado da forma específica de acumulação que tenha como componente intrínseco formas não-tipicamente capitalista de produção e seu consequente espelho institucional. O bloqueio à expansão da poliarquia na periferia é, à moda polanyiana, produto de um constrangimento político e normativo do governo central e no qual tem tipo papel indispensável as elites intelectuais da periferia, como que renovando a revolução passiva brasileira.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P. (1958) *Notas sobre o enigma baiano*, Salvador: Edições CPE.
- ALMEIDA, R. (1987) Apresentação. In.: Carvalho, I. M. M. *O Nordeste e o Regime Autoritário*, SP: Hucitec/Sudene.
- \_\_\_\_\_. (1956) *Finanças estaduais e serviços fazendários*, Salvador: *Cadernos de Desenvolvimento Econômico*.
- ALMINO, J. (1980) *Os democratas autoritários*, SP: Brasiliense.
- BALBINO, A. (1956) Carta ao Presidente JK (ou participação da Bahia na vida nacional), *Diário da Assembléia Legislativa*, Salvador, 15 ago. 1956.
- BENEVIDES, M. V. M. (1981) *A UDN e o udenismo*, RJ: Paz e Terra.
- BOSCHI, R. (1979) *Elites industriais e democracia*, RJ: Graal.
- CARDOSO, F. H. (1964) *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, SP: DIFEL.
- \_\_\_\_\_. (1975) *Autoritarismo e democratização*, RJ: Paz e Terra.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. (1984) *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, RJ: Zahar.
- CPE. (1959) *Plano de Desenvolvimento da Bahia (1960-1963)*, Salvador: Gov. da Bahia.
- \_\_\_\_\_. (1958) *Programa de Recuperação Econômica da Bahia*, Salvador: Edições CPE.
- CARVALHO, I. M. M. e SOUZA, G. A. (1980) Produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador, in FÁRIA, V. e SOUZA, G. A. A. (orgs.) *Bahia de Todos os Pobres*, Petrópolis: Vozes/CEBRAP.
- COSTA, V. M. R. (1999) *A armadilha do Leviatã: a construção do corporativismo no Brasil*, RJ: EDUERJ.
- DAHL, R. (1997) *Poliarquia*, SP: Edusp.
- DINIZ, E. (1978) *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*, RJ: Paz e Terra.

- FAORO, R. (1985) *Os donos do poder*, Porto Alegre: Globo.
- FAUSTO, B. (1978) *A Revolução de 1930*, SP: Brasiliense .
- FERNANDES, F. (1976) *A revolução burguesa no Brasil*, RJ: Zahar.
- FLORENTINO, M. e FRAGOSO, J. (2001) *O arcaísmo como projeto*, RJ: Civ. Brasileira.
- FORJAZ, M. C. S. (1988) *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, RJ: Forense.
- GRAMSCI, A. (2000) *Cadernos do cárcere*, RJ: Civ. Brasileira, vol. 2 e 3.
- \_\_\_\_\_. (2001) *Cadernos do cárcere*, RJ: Civ. Brasileira, vol. 4.
- \_\_\_\_\_. (1987) *A questão meridional*, RJ: Paz e Terra.
- GUIMARÃES, A. (1966) *Um sistema para o desenvolvimento*, Salvador: Instituto de Ciências Sociais/UFBa.
- GUIMARÃES, C. (1977) *Empresariado, tipos de capitalismo e ordem política, Dados*, RJ, nº14.
- LEAL, V. N. (1975) *Coronelismo, enxada e voto*, SP: Alfa-omega.
- LEOPOLDI, M. A. P. (2000) *Política e interesses*, SP: Paz e Terra.
- LOUREIRO, M. R. (1992) *Economistas e elites dirigentes no Brasil*, in *RBCS*, nº 20, ano 7.
- MANGABEIRA, O. (1948, 1949 e 1950) *Mensagem à Assembléia Legislativa*, Salvador: Imprensa Oficial da Bahia.
- MARIANI, C. (1957) *Discurso aos oficiais da Escola Superior de Guerra*, RJ: mimeo.
- MARTINS, L. (1976) *Pouvoir et developpment economique*, Paris: Anthropos.
- \_\_\_\_\_. (1985) *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*, RJ: Paz e Terra.
- MATTOSO, K. M. Q. (1992) *Bahia Século XIX – uma província no império*, RJ: Nova Fronteira.
- MOORE JR., B. (1985) *As origens sociais da ditadura e da democracia*, SP: Martins Fontes.
- NUNES, E. (1997) *A gramática política do Brasil*, RJ: Zahar/Brasília: ENAP.
- OLIVEIRA, F. de. (1988) *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1977) *Elegia para uma re(li)gião*, RJ: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2003) *O elo perdido*, SP: Perseu Abramo.
- PANG, E. (1979) *Coronelismo e oligarquias (1889-1934)*, RJ: Civ. Brasileira.
- POLANYI, K. (1980) *A grande transformação*, RJ: Campus.
- RANGEL, I. (1981) *A inflação brasileira*, SP: Brasiliense.
- REIS, E. M. P. (1982) *Elites agrárias, state-building e autoritarismo, Dados*, RJ, vol. 25, n.º 3 .
- SAMPAIO, C. N. (1992) *Poder e representação*, Salvador: Assembléia Legislativa.
- \_\_\_\_\_. (1998) *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*, Salvador: EDUFBA.
- SANTANA, C. H. V. (2002) *Intelectuais, planejamento e clientelismo*, Salvador: Contexto & Art.

- SCHWARTZMAN, S. (1982) *Bases do autoritarismo brasileiro*, RJ: Campus.
- SANTOS, W. G. dos. (1994) *Razões da desordem*, RJ: Rocco.
- \_\_\_\_\_. (1998) *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, RJ: Rocco.
- TEIXEIRA, C. (1988) As oligarquias na política baiana, in *Coronéis e Oligarquias*, Salvador: UFBa/Ianamá.
- VARGAS, N. (1985) Gênese e difusão do taylorismo no Brasil, *Revista Ciências Sociais Hoje*, SP: ANPOCS/Cortez.
- WEBER, M. (1982) *Ensaio de sociologia*, RJ: LTC.
- WERNECK VIANNA, L. (1978) *Liberalismo e sindicato no Brasil*, RJ: Paz e Terra .
- \_\_\_\_\_. (1997) *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*, RJ: Revan.